

R. vs. Jarvis

País: Canadá

Região: América do Norte

Número do caso: 37833

Data da decisão: 14 de fevereiro de 2019

Desfecho: Sanções criminais

Órgão judicial: Supremo Tribunal (última instância)

Área do direito: Direito Penal

Temas: Privacidade / Proteção e Retenção de Dados

Palavras-chave: Privacidade, Voyeurismo

ANÁLISE DO CASO

Resumo do caso e desfecho

O Tribunal Superior do Canadá condenou um professor por voyeurismo¹. O professor

¹ O voyeurismo não constitui necessariamente um crime. A prática “consiste num (sic) indivíduo conseguir obter prazer sexual através da observação de pessoas” ([EBC](#)). Contudo, muitos praticam



havia gravado secretamente suas alunas em áreas comuns de uma escola. O Tribunal concluiu que o professor agiu contrariamente às expectativas razoáveis de privacidade quando registrou os seios, rostos e parte superior do corpo das alunas com uma caneta fotográfica enquanto estas estavam envolvidas nas atividades escolares. O Tribunal decidiu que as pessoas têm uma expectativa razoável de privacidade em espaços públicos, tais como nas dependências de uma escola, e que quando uma pessoa “não espera privacidade completa [isto] não significa que ela renuncie a todas as expectativas razoáveis de privacidade” [§ 61].

Fatos

Em junho de 2011, um diretor de uma escola em Londres, Ontário, Canadá, foi informado de que um professor de inglês, Ryan Jarvis, estava usando uma câmera escondida dentro de uma caneta para gravar estudantes do gênero feminino enquanto elas se envolviam nas atividades escolares em áreas comuns da escola. O diretor observou Jarvis usando a caneta - que possuía uma câmera capaz de capturar o áudio e armazenar os arquivos para serem baixados em um computador - e, diante disso, [o diretor] confiscou a câmera da caneta.

As provas do caso incluíam 37 arquivos de vídeo, todos filmados em áreas escolar e com alunas na faixa etária de 14 a 18 anos. A maioria dos vídeos continha alunas do gênero feminino em “tops decotados ou bem justos”, sendo muitas filmadas “em ângulos que capturavam mais da área dos seios [das alunas] do que seria visível se elas fossem gravadas de frente” [§ 10]. Destaca-se, que nenhuma das alunas estava ciente de que as gravações estavam sendo realizadas e, portanto, nenhuma consentiu com os registros da imagem. Ademais, a diretoria possuía uma proibição para a realização das gravações.

A polícia identificou 27 alunas do gênero feminino que estavam nas gravações e acusou Jarvis de 27 acusações por voyeurismo, nos termos da seção 162(1)(c) do Código Penal canadense (que mais tarde foram convertidas em uma acusação geral). A seção 162(c), introduzida em 2005, declara: “Estará cometendo um crime qualquer pessoa que observar, secretamente, inclusive por meios mecânicos ou eletrônicos, ou fizer uma gravação visual de uma pessoa que está em circunstâncias que dão origem a uma expectativa razoável de privacidade, se: a) a pessoa estiver em um local em que se possa razoavelmente esperar que esteja nua, que exponha seus órgãos genitais ou região anal ou seus seios, ou que esteja envolvida em atividade sexual explícita; b) a pessoa estiver nua, expondo seus órgãos genitais ou região anal ou seus seios, ou estiver envolvida em atividade sexual explícita, e a observação ou gravação for feita com o propósito de observar ou gravar uma pessoa em tal estado ou envolvida em tal atividade; ou c) a observação ou gravação for feita com um propósito sexual”. Ainda, há três elementos do crime, nos termos da subseção 3: i) se o acusado fez uma gravação secreta; ii) se as alunas gravadas tinham uma expectativa razoável de privacidade; e iii)

voyeurismo sem o consentimento das pessoas observadas, o que pode caracterizar a conduta como criminosa.



se as gravações foram feitas com um propósito sexual.

Jarvis foi julgado pelo Tribunal Superior de Justiça de Ontário. No julgamento, ele admitiu que tinha feito uma gravação secreta e, portanto, as duas perguntas a que o tribunal precisou responder foram se as alunas tinham uma expectativa razoável de privacidade e se as gravações foram feitas com um propósito sexual. Jarvis argumentou que as circunstâncias relevantes para concluir se existe uma expectativa razoável de privacidade deveriam ser determinadas pela análise das características físicas do espaço onde uma pessoa está situada [§ 26]. Ele argumentou que as alunas tinham sido gravadas em áreas comuns da escola e, portanto, elas sabiam que podiam ser observadas por terceiros, de modo que não existia uma expectativa razoável de privacidade.

O juiz de primeira instância considerou que as alunas tinham uma expectativa razoável de privacidade enquanto estavam na escola, pois embora tivessem “uma expectativa menor e diferente de privacidade na escola do que teriam em casa, elas tinham, entretanto, uma expectativa razoável de que não seriam gravadas secretamente pelo Sr. Jarvis” [§ 14]. Entretanto, o juiz considerou que não havia provas conclusivas de que as gravações tinham sido feitas com um propósito sexual e que, embora as gravações se concentrassem principalmente nos “rostos, corpos e decote ou seios” das alunas e que “embora a conclusão 'mais provável' baseada nas provas era de que o Sr. Jarvis tinha gravado as alunas com um propósito sexual, 'outras inferências podem ser consideradas'” [§ 15]. Assim sendo, Jarvis foi absolvido.

A acusação recorreu da absolvição perante o Tribunal de Segunda Instância de Ontário. O Tribunal de Segunda Instância considerou que se tratava de “um caso determinante de vídeos que focavam nos seios e decotes de mulheres jovens” e que o tribunal de primeira instância tinha errado ao concluir que as gravações não tinham sido feitas com um propósito sexual. Entretanto, o Tribunal também decidiu que o tribunal de primeira instância tinha errado ao considerar que as alunas tinham uma expectativa razoável de privacidade. O Tribunal de Segunda Instância descreveu a expectativa de privacidade da seguinte forma: “uma pessoa normalmente espera privacidade quando está em um lugar onde pode excluir terceiros e se sente confiante de que não está sendo observada” e que, como as alunas estavam em áreas comuns da escola, “onde esperavam que terceiros as pudessem ver e onde sabiam que seriam gravadas pelas câmeras de segurança da escola”, não havia expectativa de privacidade nesta situação [§ 17]. Um juiz discordou da conclusão da maioria, afirmando que havia uma expectativa de privacidade, defendendo que a questão não é puramente sobre o “local e a capacidade de excluir terceiros desse local” [§ 18]. O juiz discordante teria considerado que a questão a ser respondida é se “o interesse da pessoa em relação à privacidade deve ter prioridade sobre os interesses conflitantes” [§ 18].

Na sequência, a acusação interpôs recurso perante o Superior Tribunal.

Visão geral da decisão



O Ministro Presidente Wagner proferiu a decisão tomada em colegiado.

O Ministro Rowe apresentou o voto vencedor. A principal questão perante o Tribunal era se as alunas gravadas tinham uma expectativa razoável de privacidade nas áreas comuns da escola, se alinhando às condições para a configuração do tipo penal previsto na seção 162(1), que diz: “circunstâncias que dão origem a uma expectativa razoável de privacidade” da seção 162(1). Ademais, vale dizer que a Corte não discutiu se as gravações tinham sido realizadas com propósito sexual, pois desde o início já havia o entendimento de que os registros foram realizados sob este pretexto.

Jarvis sustentou que a leitura da Lei na sua totalidade leva à interpretação de “circunstâncias que dão origem a uma expectativa razoável de privacidade” como se referindo a “circunstâncias em que uma pessoa tem uma expectativa razoável de que ela, ou uma parte do seu corpo, não será observada por terceiros” [§ 25]. Ele alegou que isso significaria que o crime de voyeurismo seria cometido apenas se uma pessoa estivesse em um lugar onde não esperasse que o seu corpo fosse observado. Ele argumentou que os únicos fatores a serem considerados neste inquérito são as “características físicas” do local e o “nível de controle” que a pessoa tem sobre quem tem acesso à ela naquele local, e que questões como a relação entre a pessoa observada e o observador, se a conduta é mera observação ou gravação, ou que partes do corpo estão sendo observadas, serão sempre irrelevantes para o inquérito [§ 26]. Jarvis afirmou que, como as alunas estavam em áreas comuns da escola, não podiam ter uma expectativa razoável de privacidade.

A acusação argumentou que o inquérito para saber se existe uma expectativa razoável de privacidade deve ir além do que simplesmente analisar o local e deve ser “determinada com base na totalidade das circunstâncias” [§ 27]. A acusação sustentou considerou que as gravações feitas eram de natureza sexual, além disso, entendeu-se que havia uma relação de confiança entre Jarvis e as alunas e que existia uma política que proibia tais gravações na escola, o que permitia uma expectativa razoável de privacidade por parte das alunas.

O Tribunal introduziu uma lista não exaustiva de considerações contextuais que poderiam ser utilizadas para determinar se uma pessoa se encontra em circunstâncias que dão origem a uma expectativa razoável de privacidade, incluindo a localização, a natureza da conduta, a existência de consentimento a uma potencial observação ou gravação, a forma de observação ou gravação, o objeto da observação ou gravação, quaisquer regras que regem a conduta, a relação entre as partes, o objetivo para o qual a observação ou gravação foi feita e os atributos pessoais da pessoa que faz a observação ou gravação.

O Tribunal enfatizou que o inquérito será sempre contextual e, em algumas situações, alguns dos fatores da lista podem ter prioridade em relação a outros. Também declarou que o fato de um propósito sexual e de a observação ou gravação ser feita secretamente são elementos distintos do crime e não significa que não possam ser considerados como fatores para determinar se o outro elemento – a expectativa razoável de privacidade – foi cumprido.



Ao considerar o propósito legislativo por trás do texto legal, o Tribunal descreveu a privacidade como sendo o “conceito de ausência de escrutínio, intrusão ou atenção indesejada” [§ 36]. Contudo, observou que ainda pode haver uma expectativa de privacidade mesmo quando uma pessoa está em um lugar público e que uma pessoa pode “esperar ser objeto de certos tipos de observação ou gravação, mas não ser objeto de outros tipos” [§ 38]. Assim, o Tribunal declarou que a privacidade “não é um conceito de tudo ou nada” [§ 41]. O Tribunal observou que o Parlamento tinha optado por utilizar a palavra “circunstâncias” na seção 162(c), na medida em que a pessoa observada ou gravada está “em circunstâncias que dão origem a uma expectativa razoável de privacidade” e por isso é consistente com essa escolha de palavras considerar que diversos fatores devem ser considerados para determinar em que local havia uma expectativa razoável de privacidade.

O Tribunal declarou que interpretar a seção 162(c) da forma como Jarvis fez “prejudicaria a intenção do Parlamento conforme estabelecido na seção 162(c), que proíbe a observação ou a gravação visual secreta que equivale à exploração sexual ou que representa as violações mais flagrantes da privacidade”, uma vez que apenas se aplicaria a indivíduos em um ambiente privado ou semi-privado. Isto invalidaria a intenção do Parlamento ao formular o dispositivo, que inclui as preocupações de que os avanços tecnológicos ameaçam crianças e outros indivíduos vulneráveis quanto à sua integridade sexual.

Assim, o Tribunal analisou o contexto jurídico mais amplo e observou que o conceito de expectativa razoável de privacidade desempenhou um “papel central” na jurisprudência do Tribunal sobre o direito à privacidade, nos termos da seção 8 da Carta dos Direitos e Liberdades. Definiu os princípios que foram estabelecidos nesta jurisprudência. Com referência aos casos de *R. vs. Plant*, *R. vs. Edwards*, *Schreiber vs. Canadá (Procurador-Geral)*, *R. vs. Buhay* e *R vs. Tessling*, o Tribunal entendeu como primeiro princípio que para se determinar se a circunstância ensejaria expectativa razoável seria necessária uma “avaliação contextual que considerasse a totalidade das circunstâncias” [§ 60].

O segundo princípio elaborado é que “a privacidade não se trata de um conceito de tudo ou nada” na medida em que “simplesmente porque uma pessoa se encontra em circunstâncias em que não espera privacidade completa, não significa que renuncie a todas as expectativas razoáveis de privacidade” [§ 61]. O Tribunal salientou que os avanços tecnológicos representam uma ameaça à privacidade e que “a evolução das tecnologias pode facilitar, de fato, a coleta, o armazenamento e a divulgação de informações sobre nós por agentes do Estado ou indivíduos privados, o que não significa necessariamente que as nossas expectativas razoáveis de privacidade reduzam de maneira correspondente” [§ 63].

Outro princípio que o Tribunal mencionou é que o conceito de privacidade não inclui apenas interesses territoriais, mas também interesses pessoais e informativos, e que uma pessoa tem o direito de determinar o que e como a informação pessoal é compartilhada. O Tribunal também enfatizou que a questão da expectativa de



privacidade não é uma análise de risco e, portanto, não é sobre se uma pessoa “se coloca em risco da intrusão que vivenciou”, e que a questão é normativa em vez de descritiva, pois se a expectativa existe “deve ser respondida considerando as normas de conduta na nossa sociedade” [§ 68].

Ao aplicar os princípios ao presente caso, o Tribunal decidiu que “não pode haver dúvidas de que, diante das circunstâncias, origina-se uma expectativa razoável de que elas [as alunas] não seriam gravadas da forma como foram” [§ 72]. O Tribunal considerou a localização, conteúdo e maneira das gravações; que a conduta era de gravação e não mera observação; que havia uma política da diretoria da escola proibindo tal conduta; que havia uma relação de confiança entre Jarvis e as alunas, e que as vítimas das gravações eram jovens. O Tribunal salientou que, embora as alunas estivessem cientes de que, nas áreas comuns da escola, estavam a ser observadas, “uma escola secundária não é um lugar inteiramente ‘público’”, uma vez que o acesso é limitado e que a consciência de que há observação é diferente da consciência de gravação [§ 73]. O Tribunal também reconheceu que a natureza das gravações é significativa, pois, embora as alunas soubessem que havia câmeras de segurança na escola, “nem todas as formas de gravação são igualmente intrusivas” e que a consciência da gravação pelas câmeras de segurança “informa pouco sobre as expectativas de privacidade com relação à gravação feita pelo Sr. Jarvis” [§ 75]. O Tribunal salientou que a jurisprudência da Carta estabelece a relevância do contexto da gravação e remeteu para o caso *R. vs. Rudiger* ao considerar a natureza da proximidade das gravações, o fato de algumas alunas serem especificamente visadas e os vídeos focados nos seios das alunas, fatores que contribuíram para a constatação de que havia uma expectativa razoável de privacidade. Citando o caso *A. B. vs. Bragg Communications Inc.*, o Tribunal comentou que “os valores subjacentes à privacidade ‘aplicam-se igualmente, se não de uma maneira mais forte, no caso de pessoas jovens’” [§ 86].

Assim, o Tribunal decidiu que a acusação tinha provado, além de uma dúvida razoável – a existência da condição para uma condenação criminal – que Jarvis “gravou pessoas que se encontravam em circunstâncias que davam origem a uma expectativa razoável de privacidade, da forma que tal expressão é utilizada na seção 162(1) do Código Penal” [§ 91]. Desta forma, condenou Jarvis e remeteu a questão para o tribunal de primeira instância, para emissão da decisão.

Os Ministros Rowe, Côté e Brown também condenaram Jarvis, mas discordaram da maioria em duas questões. Estes ministros discordaram da utilização da jurisprudência da Carta para interpretar o Código Penal, e teriam considerado que os direitos da Carta se aplicam para proteger os cidadãos de violações dos seus direitos por ações do Estado, enquanto o Código Penal aborda a imposição de sanções criminais a um indivíduo e, portanto, a análise dos dois – embora ambos envolvam privacidade – deve permanecer distinta. A minoria também teria limitado os fatores a serem considerados ao determinar se havia uma expectativa razoável de privacidade, ao propósito da disposição legislativa e sua situação no esquema mais amplo de crimes sexuais (que analisa a infração da “violação da autonomia e integridade” de um indivíduo) [§ 126]. Os principais elementos que a minoria teria analisado seriam se a observação ou



gravação ocorreu de uma forma que fez com que as vítimas “perdessem o controle sobre sua imagem; e também violasse sua integridade sexual” [§ 133].

PERSPECTIVA GLOBAL

Jurisprudência, normas ou leis nacionais

- **Canadá, Código Penal, 1985, seção 162**
- **Canadá, R vs. Rudiger, 2011 BCSC 1397, 244 C.R.R. (2d) 69**
- **Canadá, R. vs. Plant, [1993] 3 S.C.R. 281**
- **Canadá, R. vs. Buhay, 2003 SCC 30, [2003] 1 S.C.R. 631**
- **Canadá, R. vs. Tessling, [2004] 3 S.C.R. 432**
- **Canadá, R. vs. Edwards, [1996] 1 S.C.R. 128**
- **Canadá, Schreiber vs. Canadá (Procurador Geral), [1998] 1 S.C.R. 841**
- **Canadá, A.B. vs. Bragg Communications, [2012] 2 S.C.R. 567**

SIGNIFICÂNCIA DO CASO

A decisão estabelece um precedente vinculante ou persuasivo dentro de sua jurisdição

DOCUMENTOS OFICIAIS DO CASO

Documentos oficiais do caso:

- **Decisão (Espanhol)**

